

**Inquérito Civil n. 06.2017.00004964-9**

## **TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Substituto<sup>1</sup>, no exercício de suas funções como Curador da Moralidade Administrativa; e **OSNI ROMEU DENKER**, brasileiro, casado, Diretor da Empresa Águas de Guaramirim, portador do RG n. 1.357.085 e inscrito no CPF sob o n. 515.269.379-53, nascido em 8/12/1962, natural de Joinville/SC, filho de Carlos Denker e Gilda Rosa Dias Denker, residente na Rua 28 de Agosto, n. 691, Guaramirim/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**; autorizados pelo artigo 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, artigos 8 a 12 da Resolução n. 118/2014 do CNMP e;

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 e nos artigos 90 e 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (CF, art. 37);

**CONSIDERANDO** que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 13.964 de 24 de dezembro de 2019, dentre outros pontos, alterou a redação do art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, positivando o acordo de não persecução cível: "Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar. § 1º As ações de que trata este artigo

<sup>1</sup> Programa Atua, Portaria n. 1.425/2020.

admitem a celebração de **Acordo de Não Persecução Cível**, nos termos desta Lei.";

**CONSIDERANDO** que o § 2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e o § 2º do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina permitem o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 7.347/85 dispõe em seu art. 5º, § 6º, que "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial";

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º), que causam dano ao erário (art. 10) e que atentam contra os princípios norteadores da atividade administrativa (art. 11);

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil n. 06.2017.00004964-9 tem por objetivo apurar a ocorrência de enriquecimento ilícito, dano ao erário e a violação de princípio por parte de Osni Romeu Denker, enquanto Diretor da Empresa das Águas de Guaramirim, em razão de, supostamente, ter cancelado/alterado diversas faturas de água da sua própria residência;

**CONSIDERANDO** que o acervo probatório que instrui o presente inquérito civil demonstra que o COMPROMISSÁRIO, efetivamente, solicitou e autorizou os cancelamentos/descontos indevidos nas faturas de consumo de água de sua residência, nos meses de 11/2014, 12/2014, 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015, 7/2015 e 8/2015, causando um prejuízo ao erário no valor de R\$ R\$ 2.231,85 (dois mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos), que, atualizado, perfaz a quantia de R\$ 2.815,50 (dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos).

**CONSIDERANDO** que a conduta do COMPROMISSÁRIO se subsume às disposições do art. 9ª, XI, art. 10, VII e art. 11, I, todos da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que, com a celebração do presente **Acordo de Não Persecução Cível**, todos os fins da Lei de Improbidade Administrativa serão atingidos, notadamente a proteção do patrimônio público e dos princípios administrativos que regem a Lei de Improbidade Administrativa;

**RESOLVEM**

Firmar o presente ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL, nos seguintes termos:

**I - DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente **Acordo de Não Persecução Cível** tem por objeto o fato correspondente à hipótese típica prevista no art. 9ª, XI, art. 10, VII e art. 11, I, todos da Lei n. 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, porquanto o COMPROMISSÁRIO, enquanto ocupante do cargo de Diretor da Empresa Águas de Guaramirim, solicitou e autorizou cancelamentos/descontos indevidos nas faturas de consumo de água de sua residência, nos meses de 11/2014, 12/2014, 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015, 7/2015 e 8/2015, causando enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário no valor de R\$ 2.231,85 (dois mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos), que, atualizado, perfaz a quantia de R\$ 2.815,50 (dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos);

**II - DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO obriga-se:

(I) a ressarcir ao MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM a quantia de R\$ 2.815,50 (dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos) – equivalente ao

prejuízo causado ao ente público municipal em razão dos cancelamentos/descontos indevidos das suas faturas de consumo de água, nos meses de 11/2014, 12/2014, 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015, 7/2015 e 8/2015, acrescido de correção monetária<sup>2</sup> –, em parcela única com vencimento estipulado para o dia 1º/7/2020 **ou** em 5 (cinco) parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ 563,10 (quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos), a primeira com vencimento em 1º/7/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, com final em 1º/11/2020;

(II) ao pagamento de multa civil, no valor do dano causado, correspondente a R\$ 2.815,50 (dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos), dividido em 5 (cinco) parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ 563,10 (quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos), a primeira com vencimento em 1º/7/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, com final em 1º/11/2020, e será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boletos bancários, os quais serão expedidos em sistema próprio e enviado ao endereço eletrônico do COMPROMISSÁRIO ou de seu advogado – a ser informado nos autos deste inquérito civil.

### **III - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 3ª:** O(A) COMPRIMISSÁRIO(A) se compromete a:

(I) comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail; e (II) comprovar perante o Ministério Público, até o dia 15 de cada mês, o cumprimento das obrigações principais, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria e de forma antecipada e documentada, apresentar eventual justificativa para o não cumprimento dos prazos, para análise quanto a possível prorrogação.

### **IV - DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO**

<sup>2</sup>Os descontos indevidos foram atualizados desde o dia seguinte ao vencimento das respectivas faturas até 30/4/2020, de acordo com o índice adotado pela Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina.

**DO ACORDO:**

**Cláusula 4ª:** O descumprimento de quaisquer das obrigações (principais ou acessórias) resultará, se for o caso, no prosseguimento do Inquérito Civil e no ajuizamento da respectiva Ação de Improbidade Administrativa, sem prejuízo do pagamento das multas previstas pelo descumprimento das cláusulas ajustadas no presente instrumento e da execução específica das obrigações assumidas, conforme seja viável, constituindo o presente instrumento Título Executivo Extrajudicial, na forma do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

**Cláusula 5ª:** Para o caso de descumprimento das obrigações previstas nos itens I e II da cláusula 2ª, sem prejuízo da cláusula anterior, fica ajustada a MULTA PESSOAL ao COMPROMISSÁRIO, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso, que será devida independentemente de notificação, passará a incidir a partir do dia imediato (inclusive) ao do vencimento, e será revertida para o Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina (FRBL);

**Cláusula 6ª:** O descumprimento dos itens I e II da cláusula 2ª importará no vencimento antecipado das parcelas pendentes, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 4ª e 5ª;

**V – DA PRESCRIÇÃO**

**Cláusula 7ª:** Os signatários do presente acordo reconhecem expressamente que a ação civil de protesto constitui instrumento hábil à interrupção do prazo prescricional, sendo possível, portanto, se for o caso, a interrupção da prescrição pelo protesto judicial (art. 202, II, do CC, c/c art. 726, § 2º, do CPC)<sup>3</sup>.

**VI - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 8ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível

<sup>3</sup> Sobre a interrupção da prescrição em improbidade administrativa pelo protesto, por exemplo: STJ, decisão monocrática no REsp nº 1.522.694/RN, Min. Francisco Falcão.

relacionada ao convencionado no presente acordo contra o COMPROMISSÁRIO, bem como, em caso de cumprimento integral do acordo, obriga-se a arquivar definitivamente qualquer procedimento relacionado ao acordo em relação ao COMPROMISSÁRIO, ressalvadas eventuais responsabilidades administrativas e penais não albergadas pelo presente Acordo e a superveniência de novas provas que possam enquadrar o réu em conduta ímproba mais grave.

## **VII - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:**

**Cláusula 9ª:** Para fins do disposto no art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, o COMPROMISSÁRIO aceita o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual forma, teor e valor jurídico.

## **VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO:**

**Cláusula 10ª:** Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o órgão ministerial abaixo nominado submeterá o presente acordo ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação.

Guaramirim, 20 de maio de 2020.

LEONARDO SILVEIRA DE SOUZA  
Promotor de Justiça Substituto<sup>4</sup>

OSNI ROMEU DENKER  
Compromissário

NOME DO DEFENSOR  
OAB n.

---

<sup>4</sup>Programa Atua, Portaria n. 1.425/2020